



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE MARÍLIA
FORO DE MARÍLIA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SETEMBRINO CARDOSO MACIEL 20, Marília - SP - CEP
17501-310
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003793-28.2024.8.26.0344**
Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - Contratos Administrativos**
Requerente: **EMPRESA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA DE MARÍLIA - EMDURB**
Requerido: **Walmir Telles**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **WALMIR IDALENCIO DOS SANTOS CRUZ**

Vistos.

Trata-se de ação ajuizada pela EMDURB - EMPRESA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA DE MARÍLIA contra WALMIR TELLES, qualificado nos autos. Consta da inicial de fls. 01/07, em síntese, que a relação contratual entre as partes tem como objeto a quadra G-01, jazigo nº 151, do cemitério municipal, sendo que, conforme a cláusula 4ª do contrato pactuado, a requerida tem por obrigação o pagamento da remuneração semestral, correspondente aos serviços de administração e manutenção da necrópole. Ocorre que o requerido não tem realizado o pagamento semestral que lhe cabe, de maneira que a EMDURB almeja a condenação de WALMIR TELLES ao pagamento de R\$ 557,59, com os consectários legais.

Acompanharam a inicial de fls. 01/07 os documentos de fls. 09/15.

Após citação, o requerido deixou transcorrer *in albis* o prazo para apresentação de contestação (fls. 29).

É o relatório.

FUNDAMENTO E DECIDO.

Desnecessária a dilação probatória, o feito comporta julgamento de plano, nos moldes do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

Com a não apresentação de contestação pelo requerido, decreto-lhe a revelia, com a presunção de veracidade dos fatos articulados na inicial, nos termos do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE MARÍLIA
FORO DE MARÍLIA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SETEMBRINO CARDOSO MACIEL 20, Marília - SP - CEP
17501-310
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

artigo 344 do CPC.

Com efeito, a comprovação de fato negativo (não pagamento) se faz logicamente impossível à EMDURB, cabendo exclusivamente ao requerido a demonstração de pagamento tempestivo da remuneração semestral aludida na inicial, o que, aqui, não se verificou.

A cobrança do valor exigido tem lastro normativo no artigo 3º do Decreto Municipal nº 7471/1997 e nos documentos de fls. 09/15.

Isto posto, na forma do que dispõe o artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO**, para o fim de condenar o requerido WALMIR TELLES, qualificado nos autos, ao pagamento, em favor da **EMDURB**, do valor correspondente a R\$ 557,59 (quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), com atualização monetária pela Tabela Prática do E. TJSP a partir do ajuizamento da ação e incidência de juros moratórios calculados pela taxa SELIC (REsp 1795982/SP), a contar da citação.

Em razão da sucumbência, arcará o requerido com as custas e despesas processuais incorridas, além do pagamento de honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor da condenação (artigo 85, §3º, inciso I, do CPC), com atualização monetária pela Tabela Prática do E. TJSP a partir da presente data.

P.R.I.C.

Marília, 16 de agosto de 2024

Walmir Idalêncio dos Santos Cruz

JUIZ DE DIREITO

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**